



**POR GABRIEL REIS**

Responsável pelas análises dos mercados de carbono florestal na Fastmarkets e palestrante internacional. Reúne experiência no desenvolvimento de projetos de carbono em diversos países da América Latina e na gestão de investimentos florestais de grande escala. É autor do relatório North American Forest Carbon Profiles e colabora regularmente com outras publicações e projetos de consultoria. Possui MBA pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) com foco em gestão florestal. E-mail: gabriel.reis@fastmarkets.com

## O PAPEL DAS CONCESSÕES FLORESTAIS NO FINANCIAMENTO DA CONSERVAÇÃO

*Como concessões público-privadas podem reduzir a diferença econômica entre conservar e converter florestas*

**N**a Amazônia brasileira, a floresta em pé não compete apenas contra motosserras ou cortes ilegais. Ela compete, todos os dias, contra retornos econômicos proporcionados por usos alternativos da terra.

A resposta do Estado? Alinhar políticas públicas à iniciativa privada por meio da combinação entre produção florestal sustentável e financiamento climático de alta integridade.

### A economia do desmatamento

Desconsiderando atividades ilegais, a realidade econômica da Amazônia é definida pela competição entre diferentes destinações. Ao avaliar um ativo florestal natural, a referência financeira frequentemente é determinada pela rentabilidade de alternativas de conversão, principalmente a pecuária e a agricultura mecanizada, como soja e outras culturas de alta produtividade.

Como esses usos alternativos contam com cadeias produtivas maduras, mercados líquidos e rápida recuperação do capital investido, a floresta tropical em pé precisa oferecer uma rentabilidade competitiva para se manter economicamente viável. Quando os ganhos associados à conservação ficam abaixo dos obtidos com outras atividades, aumenta a pressão econômica pela conversão das áreas florestais.

Em sua essência, o desmatamento representa uma resposta econômica racional a um capital natural mal precificado. Sob a perspectiva do Estado, se o mercado determina a sobrevivência das florestas, o principal desafio da conservação passa a ser protegê-las sem assumir integralmente os custos de sua gestão.

### Florestas nacionais, gestão privada

As concessões das florestas nacionais são instrumentos de política pública por meio dos quais o governo concede a agentes privados o direito de manejar e desenvolver atividades específicas por períodos de até 40 anos. Elas são realizadas por meio de licitações que definem claramente quais atividades serão permitidas, o que frequentemente inclui produtos florestais não madeireiros e serviços ecossistêmicos.

São acordos de longo prazo entre o setor público e o setor privado que não envolvem venda de terras nem transferência de propriedade. O Estado mantém a titularidade da área e a supervisão regulatória, enquanto os concessionários assumem responsabilidades operacionais, comerciais e ambientais definidas em contrato.

Atualmente, o Brasil conta com 27 concessões florestais federais ativas, abrangendo aproximadamente 1,6 milhão de hectares, uma área equivalente a cerca de dez vezes o município de São Paulo. Concentradas majoritariamente no bioma Amazônia, elas já produziram mais de 3,2 milhões de metros cúbicos de madeira proveniente do manejo sustentável de diferentes espécies, nativas e exóticas.

As concessões ampliam também a capacidade de monitoramento e fiscalização do governo. Ao atribuir responsabilidades operacionais claras aos concessionários, o modelo estabelece uma cadeia definida de responsabilidades e fortalece a governança dessas áreas. Em contrapartida, o modelo atrai investidores para a gestão de florestas públicas, incorporando conhecimento de mercado e padrões operacionais mais robustos à administração de grandes ativos naturais.

Os benefícios são evidentes, mas da mesma forma que as florestas competem com usos alternativos da terra, oportunidades de investimento disputam recursos de investidores em escala global. O manejo florestal sustentável estabelece uma base importante de presença operacional e geração de fluxo de caixa, mas os ganhos associados apenas à sua produção madeireira frequentemente têm dificuldade em atingir os níveis de rentabilidade exigidos pelo capital institucional.

### Valor além da madeira

É justamente nesse diferencial de retorno que os serviços ecossistêmicos passam a desempenhar um papel economicamente relevante. O carbono de base florestal, a conservação da biodiversidade e outros mecanismos de pagamento por serviços ambientais podem representar a receita incremental necessária

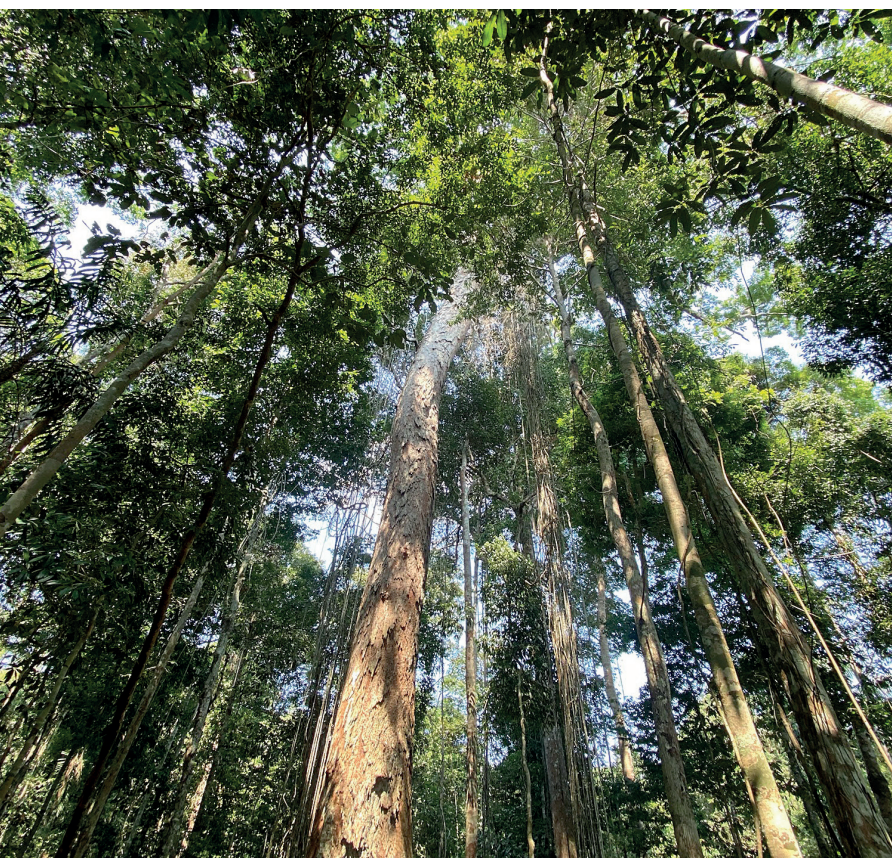


para tornar o manejo sustentável mais competitivo frente a alternativas de conversão da terra.

Historicamente, o arcabouço regulatório restringia a geração de créditos de carbono principalmente a atividades de reflorestamento ou recuperação de áreas degradadas, excluindo emissões evitadas em florestas nativas. Atualizações legislativas recentes removeram essa barreira, permitindo que concessionários desenvolvam e comercializem créditos de carbono, integrando serviços ecossistêmicos aos seus modelos de negócio e criando mecanismos mais transparentes de repartição de benefícios com comunidades locais.

Nesse modelo ampliado, a receita da madeira contribui para sustentar a operação e garantir presença permanente no território, enquanto fontes complementares de receita fortalecem o perfil econômico do ativo e sua atratividade para investidores. A floresta deixa de depender exclusivamente da produção física para gerar valor, passando a monetizar parte dos serviços ambientais que já presta à sociedade.

Em termos de política pública, as concessões florestais representam uma das tentativas mais concretas de alinhar conservação, produção e mercado em um mesmo modelo de gestão. Em um contexto em que a floresta em pé necessita competir economicamente com múltiplas alternativas, poucos instrumentos oferecem um caminho tão claro para aproximar objetivos ambientais e incentivos econômicos. ■



Visita às Florestas Nacionais (Flonas) do Jamari e de Bom Futuro, em Rondônia